

A HISTÓRIA DO CPERS/SINDICATO E A CONSTRUÇÃO DA SUA PRESENÇA NO DEBATE DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Prof. Dr. João Jorge Correa
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Colegiado de Pedagogia – *Campus* de Cascavel
jjcorrea@unioeste.br

Introdução

O objetivo com este artigo é tornar público o resultado – ainda que provisório – de uma pesquisa realizada tendo como objeto de estudo as relações entre sindicalismo do magistério e o debate das políticas educacionais. A idéia central que será discutida pode ser formulada da seguinte forma: É possível aos sindicatos do magistério ao longo de construção e trajetória histórica ampliar seu espaço de participação na discussão, proposição e formulação de propostas alternativas às políticas educacionais vigentes. Assim, buscar-se-á através de um levantamento da história do CPERS/Sindicato como se deu esse processo e quais os mecanismos desenvolvidos junto ao magistério gaúcho a fim de construir e consolidar ações voltadas para interferência direta nas políticas educacionais.

Desta forma, após uma incursão pela sua história, apresento algumas das suas principais lutas que se concretizaram a partir de manifestações, paralisações e greves. Apresentado o ambiente em que se promove o debate educacional do CPERS/Sindicato, passo à reflexão da sua atuação tendo como ponto de partida os Encontros Estaduais de Educação e, posteriormente, os Congressos Estaduais construídos pela categoria como espaços coletivos e constituídos enquanto locais apropriados para o debate da política educacional a partir de uma perspectiva mais ampla. Por fim, ainda que em linhas gerais, retomo também um pouco do debate sobre a indissociabilidade das lutas econômicas e políticas do magistério gaúcho e esboço algumas possíveis conclusões em relação à temática abordada.

A história do CPERS/Sindicato e suas principais lutas

Com quase 60 anos de existência o Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul (CPERS-Sindicato dos Trabalhadores em Educação) representa os integrantes do quadro de carreira do magistério gaúcho, além dos professores contratados em regime de CLT e dos funcionários de escola (estes últimos a partir de 1990) e está composto de 42 Núcleos Regionais¹.

A história do CPERS/Sindicato é uma história de lutas, resistências e conquistas. É a história de grandes manifestações, greves, passeatas, caravanas e acampamentos sempre em defesa não apenas dos interesses específicos da categoria (ainda que em alguns momentos tenha priorizado as questões econômicas), mas principalmente, a defesa da escola pública e de um ensino de qualidade. Desse modo, os interesses econômicos da categoria e a defesa intransigente de uma escola pública de excelente qualidade sempre estiveram presentes nas pautas de reivindicações da entidade, como vários autores² que estudaram sua constituição histórica assim comprovaram.

O material bibliográfico utilizado para este estudo foi em grande parte oriundo de pesquisas já realizadas por outros autores, complementados no período não coberto da história da entidade por informações coletadas no próprio CPERS/Sindicato, sejam materiais impressos como revistas, panfletos e jornais, sejam entrevistas ou conversas informais com integrantes da diretoria, assim como impressões produzidas a partir das observações realizadas nas visitas ao Sindicato. A forma de apresentação do texto segue uma ordem cronológica dos principais momentos vividos pela entidade e pelo magistério gaúcho, buscando sempre que possível relacionar com o objeto central do estudo – a inserção do sindicato na discussão das políticas educacionais.

O Centro dos Professores Primários do Estado do Rio Grande do Sul (CPPERGS)³ foi fundado em 21 de abril de 1945⁴, tendo como primeiras aspirações o ingresso das professoras normalistas nas Faculdades de Filosofia e reajustes salariais.

As críticas de setores mais conservadores da sociedade gaúcha, que não aceitavam a idéia de professoras primárias fundarem uma entidade para reclamar seus direitos⁵, não tardaram muito para acusar o grupo de professoras fundadoras do CPPE de comunistas e agitadoras da ordem social.

Ainda no ano de 1945, no fim da ditadura Vargas, a entidade começa a discutir o seu Estatuto, luta por aumentos quinquenais e uma carreira única. Também compõe a sua pauta de reivindicações a proposta de gratificação de 1/3 mais a contagem em dobro do tempo de serviço para aquelas professoras que atuassem diretamente com a alfabetização de adultos. Data desse período a doação de um terreno por parte da Prefeitura de Porto Alegre para a construção da sede da entidade, que posteriormente será devolvido por entender que se tratava de uma primeira manobra para cooptar e desmobilizar o recém criado CPPE.

A luta do magistério gaúcho contra os cortes do governo estadual nas gratificações e abonos da categoria é a marca das mobilizações e ações entre 1950 e 1955, além da luta pela aposentadoria aos 25 anos de serviço. É neste período que se dá a definição do Quadro Único do Magistério. Em 1956 a categoria, ainda com seu quadro de associados em expansão, promove uma manifestação pública em frente ao Palácio do Governo discutindo pela primeira vez a possibilidade de realização de uma paralisação grevista.

Era um momento em que o país vivia o fim da era Vargas e passava a ingressar em uma nova fase marcada pela intensa industrialização da economia nacional. No âmbito estadual se repetia o projeto nacional de industrialização à todo custo, ainda que se alternassem no poder gaúcho o PSD e o PTB ambos criados por Getúlio Vargas.

Entre 1961 e 1970 as reivindicações por melhoria salarial, com a categoria se manifestando nas ruas, tomam como valor de referência o salário mínimo. Entretanto, no período de 1971 a 1975 as manifestações, lutas e reivindicações do magistério gaúcho sofrem um refluxo devido à violência por parte dos aparelhos repressores do Estado, havendo inclusive uma aproximação das diretorias que estiveram no comando da categoria naquele momento com instâncias governamentais. Todavia, apesar das dificuldades encontradas no encaminhamento das suas ações o magistério gaúcho obtém uma vitória com a aprovação do seu Estatuto e Plano de Carreira, bem como o Plano de Pagamento para o Magistério. Porém, conforme registram Bulhões & Abreu (1992) até meados da década de setenta eram os professores do ensino médio que encaminhavam as lutas do magistério organizados na Federação do Magistério do Rio Grande do Sul (FEMARS). Naquela época o Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul congregava apenas os professores que atuavam no ensino primário. Esta situação de representatividade somente será alterada em 1972 com a Reforma do Ensino e, conseqüentemente, com a modificação dos Estatutos do CPERS⁶ que passa a receber como associados os professores do ensino médio.

A metade da década de setenta em diante é marcada pelo agravamento da crise econômica brasileira e conseqüentemente pela falência do modelo desenvolvimentista adotado pelo governo federal e reproduzido no âmbito estadual. É um momento realmente de crise com a queda do PIB, altas taxas inflacionárias e a expansão da dívida externa. Os resultados catastróficos são diretamente verificados na crise que se

estabelece no Estado. Vive-se toda a intensidade dos governos militares: repressão, torturas, desaparecimentos, prisão de lideranças e fechamento de entidades de trabalhadores.

As conseqüências para as classes trabalhadoras (incluindo-se aí o magistério empregado pelo Estado) recaíram na queda do seu poder aquisitivo agravando-se ainda mais nos anos posteriores. A deteriorização salarial provoca uma insatisfação entre os trabalhadores levando a uma crescente mobilização (por vezes acompanhada de greves) em defesa primeiramente dos salários, mas acompanhada de uma contestação em relação à política econômica que gerava sérios prejuízos para a sociedade.

O ano de 1976 é muito importante para a categoria, pois é a época em que são retomadas as discussões em torno das reivindicações do magistério que passam a ser discutidas publicamente através de notas na imprensa e contatos com outras categorias de trabalhadores e setores da sociedade. É nesse ano que começava a se construir as bases para as lutas que marcarão o perfil de atuação do CPERS a partir do final da década de setenta e durante toda a década de oitenta, ou seja, uma entidade que passa a perceber que as suas lutas precisam ser discutidas com a sociedade em sua totalidade, não se restringindo às suas assembleias. Esse é um momento marcado pela greve de 1979 (o magistério gaúcho é uma das primeiras categorias de trabalhadores a deflagrar uma greve no Estado) que duraria 11 dias.

Esta greve representou na avaliação de Petersen (1984), Bulhões (1983), Pacheco (1993) e Dresch (1994) uma ruptura pública com a imagem do magistério como um sacerdócio⁷, pois é a partir deste momento que a categoria se mostra como integrante de um conjunto maior de trabalhadores que exigem melhores salários e condições adequadas para executar seu trabalho⁸.

Além disso, para Dresch (1994, p. 41) esse “movimento representou um marco pelo seu caráter de oposição ao regime e por apontar uma clara opção da entidade pela luta por melhores condições de ensino”. Nesse período ocorre um processo de priorização das reivindicações da categoria. Muito provavelmente devido a esta nova fase vivida pelo magistério gaúcho, a partir de 1976 (e isto vai até 1984) ocorre um elevado crescimento no número de associados. Em 1977 eram 25.843 sócios, chegando a 78.979 em 1991 e contando atualmente com mais de 84 mil associados.

O debate acerca do magistério como um sacerdócio, vocação ou missão é extenso. São muitos estudos que tratam da temática ora enfatizando elementos que possam contribuir para uma maior profissionalização do professor, ora apontando fatores que vem contribuindo ao longo de décadas para a proletarização do magistério⁹.

Entretanto, é Hypolito (1997) – na minha avaliação – quem melhor reorganiza os diversos posicionamentos teóricos sobre a polêmica posição ocupada pelo magistério na atual estrutura social. Segundo o “à medida que a categoria profissional aumenta quantitativamente, tornando-se assalariada, empregada pelo Estado e tendo sua profissão regulamentada, reduz-se seu prestígio social, sua autonomia e o controle sobre seu próprio trabalho” (Hypolito, 1997, p.21).

Este é um quadro que se configura não apenas no magistério gaúcho, mas com toda a categoria no território nacional que passa a conviver com uma série de ambigüidades relacionadas às mudanças que se operam no trabalho docente, e que afetam o imaginário que possuem acerca da sua profissão.

Ainda em concordância com Hypolito, quanto “mais os docentes se organizam e buscam um estatuto profissional, mais vão rejeitar as atividades não-docentes e mais vão lutar por restringir suas atividades às ações técnico-profissionais” (1997, p. 24). Desse modo, essa concepção mais profissional construída pelo magistério devido ao seu posicionamento enquanto empregado do Estado, e vendo-se inclusive em situação semelhantes aos demais trabalhadores de outros setores, vai se tornando mais distante do ideário do magistério como sacerdócio, vocação ou missão. Todavia, enquanto almeja e esboça nas suas ações a construção de um maior profissionalismo, vai sendo forjado um novo espírito no interior do magistério – o corporativismo, muito presente na teoria das profissões.

Creio que uma concepção do magistério como um sacerdócio, vocação ou missão interfere fortemente na maneira como uma categoria encara o seu trabalho e as suas entidades representativas. Muito provavelmente a forma pouco combativa de algumas entidades do magistério em seus primórdios esteja relacionada a essa forma de encarar o trabalho do professor. Com o CPERS não foi diferente. Passa de uma entidade pouco combativa e que buscava a defesa dos interesses mais imediatos das professoras primárias, para um sindicato com grande poder de mobilização e luta e com uma visão mais ampla da sua ação representativa e da própria especificidade do trabalho

desenvolvido pelo magistério. Atualmente, o CPERS/Sindicato luta conjuntamente com alguns segmentos da categoria para ultrapassar os limites do corporativismo econômico, buscando tornar-se uma entidade e uma categoria com maior poder de envolvimento com outros segmentos da sociedade, inclusive interferindo no debate e proposição de políticas públicas alternativas às implementadas pelos governos atrelados ao modelo neoliberal.

Os fatores que contribuem para essa mudança de atitude certamente são o aprofundamento das péssimas condições de trabalho, dos baixos salários, do descaso e da forma truculenta com que os governos tratam a categoria e a educação em geral. São elementos que atuam no alargamento da visão que o magistério tinha do seu próprio trabalho, passa-se de uma visão mais ingênua do magistério para uma outra, pautada na exigência de um maior profissionalismo. Esses elementos conjugados interferem na condução das entidades que representam os professores passando-se para um comportamento mais crítico e combativo. Evidentemente que se soma a este processo todo um contexto político que alterna governos autoritários com outros mais democráticos.

Retomando a exposição do palco de lutas do magistério gaúcho, é possível afirmar que seguindo nessa sua forma mais crítica de encarar a realidade educacional do Estado e das suas condições de trabalho e remuneração, a partir de 1980 o número de dias em greve aumenta – nesse mesmo ano foram 21 dias de paralisação – e as conquistas também: percentuais de reajustes salariais; 2,5 salários mínimos de base a partir de janeiro de 1982; 25% do orçamento estadual destinado para a educação; admissão no quadro do magistério somente mediante concurso público; o compromisso do Governo de junto com o CPERS estabelecer critérios para a escolha dos diretores escolares e a conquista de participação no Conselho Estadual de Educação.

Finalmente, o CPERS conquista sua mais antiga reivindicação: a aposentadoria aos 25 anos de serviço. Isto ocorre entre 1981 e 1984, período também em que o Centro atua ativamente em fóruns nacionais da classe trabalhadora e na luta pelas “Diretas Já”. Por outro lado, este período também é marcado pelas lutas da categoria em fazer valer o acordo firmado com o Governo na greve de 1980, sendo por este motivo deflagrada em 1982 a terceira greve do magistério gaúcho em repúdio ao não-cumprimento do acordo pelo governo, inclusive a questão dos 2,5 salários mínimos como salário-base.

É neste ano que o CPERS sofre a ameaça de intervenção, repressão e punições pelo Governo Estadual. O comportamento adotado pelo Governo leva a um refluxo na mobilização da categoria e o retorno às aulas, inclusive aceitando as eleições para diretores através de lista tríplice. Apesar do quadro adverso Bulhões (1983, p.151) registra que nessa fase “as parcelas mais conscientes da categoria mantiveram-se mobilizadas em função, principalmente, do debate das questões educacionais, através de encontros e seminários realizados pelo CPERS em diferentes regiões do Estado”¹⁰.

O ano de 1982 também foi marcado por um amplo debate sobre a construção de uma educação democrática, culminando com a realização (em julho) do Seminário Estadual de Avaliação e Perspectivas do Movimento do Magistério Público Estadual indicando “a necessidade de uma análise mais profunda do movimento da categoria”. A organização deste Seminário trouxe à tona o debate de um ponto fundamental para o movimento e sua entidade: a questão da democracia, em dois aspectos – a representatividade da maioria, em todos os níveis de decisão da entidade, e o papel de uma direção democrática (Bulhões, 1983, p.7).

Em 1985 foram sessenta dias em greve. A pauta consistia do pagamento de décimo terceiro salário, da implementação de eleições para diretores escolares, exigência de 35% da receita de impostos para a educação, conservação e construção de escolas, além de um salário base de 2,5 salários mínimos (que em verdade ainda era uma reivindicação de 1980).

Apesar da crise econômica que vem deteriorando os salários não apenas do magistério, mas da classe trabalhadora em geral, esse é um novo momento para a sociedade brasileira. Há um clima de ebulição política com a possibilidade de avanços democráticos, há uma ampliação das liberdades políticas e de expressão. É o momento da chamada “Nova república” e de um maior envolvimento dos trabalhadores, das diversas entidades representativas da sociedade e dos movimentos sociais organizados na discussão de propostas para a Assembléia Nacional Constituinte.

A maior greve do magistério estadual gaúcho ocorreu nesse período – em 1987 – tendo durado 96 dias. A participação chegou a 40 mil pessoas representativas dos mais diversos setores da sociedade gaúcha que se integraram à manifestação do magistério. Com esta greve a categoria conquistou a garantia do Plano de Carreira, não

discriminação aos aposentados e garantia de emprego aos contratados até a promulgação da Constituição Federal (que previa estabilidade para esses professores).

Uma análise mais detida dessa greve e a situação posterior ao movimento mostram que ao contrário da categoria sair vitoriosa, o movimento sofreu uma grande derrota, não existindo acordo que pusesse fim à greve, agravando-se a situação quanto à reposição dos dias parados. Não podemos esquecer que o comportamento dos governantes não se alterava, mantendo as conhecidas estratégias de não reconhecimento da legitimidade dos movimentos, a ausência de negociação como um mecanismo de resolução dos conflitos e só cumprindo os acordos anteriormente firmados sob constante pressão, tendo sido inclusive muito resistentes em relação à democratização da educação.

Apesar da grande mobilização de 1987, no ano seguinte, o magistério novamente recorre à greve (foram nove dias) alcançando os seguintes resultados: unidocência; 95% de reajuste salarial (70% em outubro e 26% em dezembro); aceleração do pagamento do difícil acesso; cronograma de regularização das promoções e a redução do período de reajustes da trimestralidade para bimestralidade. Também em 1988 o CPERS lançou a campanha “De Olho na Constituinte” – em consonância com as diretrizes gerais da CNTE para as entidades filiadas. É neste ano que o governo implementa o Quadro de Pessoal por Escola (QPE) a partir do qual redistribui os professores. Apesar de ser uma reivindicação do CPERS o mesmo foi encaminhado sem discussão com a categoria, e a forma como foi conduzida serviu para retirar lideranças das suas escolas.

Muitas das reivindicações continuam sendo as mesmas, inclusive algumas que em outras manifestações haviam sido conquistadas. Por isso o ano de 1989¹¹ foi marcado por 42 dias de greve onde se buscava 54% de reajuste salarial, publicação e pagamento das alterações de níveis, nomeação de 3 mil professores e agilização do pagamento da unidocência. Para Pacheco (1993, p.132) é uma das únicas greves (senão a única) em que há consenso entre todas as correntes, desde o momento da deflagração até o momento de terminá-la”.

No que se refere às correntes políticas internas do CPERS é possível afirmar que apesar das disputas ideológicas e da forma diferenciada de conduzir as lutas da categoria, podendo-se dizer que os integrantes das diversas diretorias que passaram pela entidade empenhadas na democratização da sociedade brasileira caracterizavam-se

como forças políticas democráticas e progressistas. Segundo Bulhões e Abreu (1992), a “hegemonia do movimento era de lideranças liberais-progressistas oriundas do período anterior [anterior a 1979], favoráveis à nova fase do movimento e organizadas no MDB”. Essas “lideranças contavam com o apoio das forças de esquerda que defendiam a política de ‘bloco democrático’ e tinham na oposição as forças de esquerda que defendiam a política de ‘bloco de esquerda’.” (1992, p.58)

É muito interessante observar que a partir de 1985 as disputas não eram mais entre as forças pró “bloco de esquerda” opositoras da diretoria e os integrantes das forças liberais-progressistas apoiadas pelos representantes da esquerda favoráveis ao “bloco democrático”, passando para um debate e uma acirrada luta entre os próprios segmentos que se denominavam forças de esquerda..

Não apenas as várias eleições ocorridas no CPERS, mas o próprio debate sobre o encaminhamento que deveria ser dado quanto à filiação ou não da entidade à CUT ou à CONCLAT foi profundamente marcado pelas acirradas disputas dessas correntes políticas. Enquanto as forças de esquerda pró “bloco democrático” não aceitavam a filiação do CPERS em nenhuma das duas Centrais sindicais (grupos ligados ao PMDB, PCB, PSB, Pc do B), e sim propunham uma reunificação do sindicalismo brasileiro em apenas uma entidade nacional, os integrantes do “bloco de esquerda” defendiam acirradamente uma filiação imediata da entidade do magistério gaúcho à CUT (grupos ligados, na sua maioria, ao PT). Posteriormente surgirá o grupo MPS (Movimento dos Professores Socialistas) composto por integrantes do PDT simpatizantes de Alceu Colares. Um outro grupo também se fará presente na disputa pelo seu espaço no CPERS: o MPR – Movimento dos Professores Radicais.

Quanto à possibilidade de filiação da entidade à CUT houve um intenso debate, inclusive com a realização de seminários com integrantes de ambas as Centrais Sindicais (CUT e CONCLAT), culminando com uma ampla rejeição da filiação à CUT em quase todos os Núcleos Regionais da entidade, corroborada por uma assembléia geral em 1985. As consequências dessas disputas internas acabaram afetando a forma de conduzir os rumos da entidade, prejudicando o conjunto da categoria devido à intransigência não apenas dos governos estaduais, mas dos próprios integrantes da diretoria que não aceitavam nenhuma forma de negociação. Isto ocorre – mobilização

sem negociação – entre os anos de 1985 e 1987, e se repetirá nos próximos anos de luta do CPERS.

É no período de 1985 a 1989 – de intensa movimentação em defesa dos interesses econômicos mais imediatos da categoria – que o CPERS direciona seu interesse para a elaboração de propostas que possam subsidiar o debate educacional para as Constituições Federal e Estadual bem como para a discussão em torno da nova Lei de Diretrizes e Bases. Nesse debate dois temas centrais sempre estiveram presentes na pauta de discussões da entidade: “Constituinte e Educação” e “Democratização da Escola”¹². É um momento novo para o Brasil que passa a conviver com um amplo processo de consolidação democrática, como por exemplo, a promulgação da Constituição Federal em 1988, as novas Constituições de vários Estados a partir de 1989 e as Leis Orgânicas Municipais.

Em 1990 aumenta o número de dias que a categoria se mantém paralisada – são 58 dias de greve. As reivindicações continuam na mesma toada das lutas anteriores: aumento salarial de 105,42% e o compromisso de não enviar projeto de política salarial à Assembléia Legislativa sem prévia discussão da categoria.

A segunda maior greve dos professores gaúchos ocorreu em 1991. Foram 74 dias paralisados em um movimento que segundo Dresch (1994) quando iniciou não possuía pauta de reivindicações, obtendo as seguintes conquistas: a derrota da proposta de abono salarial encaminhada pelo Executivo Estadual, a não obediência de iniciar o ano letivo de acordo com o calendário da Secretaria da Educação e o surgimento da mobilização da comunidade em defesa do ensino. Há divergência quanto aos resultados do movimento. Para Dresch¹³ (1994, p.45) as “negociações fracassaram e os professores foram obrigados a voltar ao trabalho com um calendário de recuperação de aulas imposto pelo governo, sem qualquer política salarial, sem novos reajustes” e ainda sofrendo ofensivas autoritárias do Governo do Estado.

Esta situação remete ao ano seguinte – 1992 – que foi marcado pela acirrada luta do CPERS e da comunidade contra a proposta de calendário rotativo encaminhada pelo governo. Merece destaque a gestão 1990/1993, pois esta sofrera três anos de acirrados ataques e agressões do governo estadual¹⁴ e apesar disto a entidade manteve-se coesa e constantemente mobilizada, inclusive incorporando mais oito mil novos associados (Pacheco, 1993, p.86).

No período de 1993 a 1995 consolida-se todo um processo de lutas que teve início a partir da greve de 1979 e que passou a ser chamado de “Resgate da Qualidade de Ensino” tendo como proposta central a articulação de alianças entre a comunidade escolar e outros setores da sociedade civil, todavia, também é o período em que ocorre uma retração no movimento sindical do magistério gaúcho. Fato relevante no final deste período (pelo menos para a maioria da categoria) foi a filiação à CUT decidida no Congresso Estadual realizado em janeiro de 1996 e aprovado em assembléia geral no mês de maio. Em relação à demora na filiação do CPERS/Sindicato à CUT (a entidade representativa do magistério maranhense e a dos gaúchos foram as últimas duas à se filiarem) é interessante ressaltar o que chamaria de um paradoxo vivido pela entidade. Enquanto a CNTE já se encontrava filiada à CUT, somente em 1996 o CPERS promove o debate final e a decisão pela filiação.

Na pesquisa realizada por Bulhões & Abreu (1992), as autoras partiram da elaboração de um complexo quadro político interno ao CPERS a partir das várias correntes (já tratadas nesse capítulo quando dos primeiros debates sobre as Centrais Sindicais) que disputam as eleições e os espaços na Diretoria Central e nos Núcleos Regionais. Assim, segundo as autoras, as diferenças se tornaram mais explícitas quando do debate de 1996 se o CPERS deveria ou não se filiar à CUT envolvendo as duas principais correntes que atuavam na entidade: “Unidade e Luta” e “Professores Cutistas”. Toda a discussão havida sobre essa questão de uma possível filiação a CUT refletia o próprio debate entre as diferentes concepções de sindicalismo.

Enquanto a articulação “Unidade e Luta” era favorável à unicidade do movimento sindical por acreditar que esse era um princípio básico para tornar a luta da classe trabalhadora mais fortalecida; os “Professores Cutistas” apostavam que a filiação à CUT tornaria o movimento dos trabalhadores da educação com as demais categorias profissionais filiadas àquela Central, mais consistente e coeso. Os integrantes dessa corrente sindical acreditavam que somente a CUT poderia reunir coletivamente as frações mais combativas e críticas do sindicalismo brasileiro.

A discussão é tão acirrada sobre a filiação do CPERS à CUT que acaba interferindo nos próprios processos eleitorais para a composição da Diretoria Central e dos Núcleos Regionais. Cada grupo possuía a sua verdade a respeito do movimento sindical dos professores e as possíveis relações que deveria manter com o restante da

classe trabalhadora. Evidentemente que essa forma de encarar o movimento sindical prejudica a organização do magistério em consonância com os demais trabalhadores.

Especificamente no caso do CPERS é ilustrativo lembrar que afora essa polêmica da filiação à CUT, a categoria sempre se organizou coletivamente em defesa dos interesses econômicos e das questões educacionais – desde as suas primeiras manifestações – tendo como contrapartida um amplo apoio da comunidade escolar e de diversos segmentos da sociedade.

As lições que podemos retirar dessa experiência vivida pelo magistério gaúcho (que culminou na sua filiação à CUT em 1996, sendo a penúltima entidade do magistério a se filiar) é que houve uma interferência negativa no conjunto do movimento. O debate contribuiu pouco para consolidar as lutas históricas da entidade criando rupturas internas ao movimento que se refletiam nas formas de conduzir as negociações com os governos estaduais e na ênfase quase que exclusiva nas pautas econômicas, sobrando pouco espaço para o debate educacional propriamente dito.

Mas o CPERS e o magistério gaúcho souberam responder a esse desafio. Se internamente ainda convive com grupos políticos atrelados aos mais diversos partidos políticos, no plano mais amplo do encaminhamento das suas questões econômicas e do debate educacional a categoria se manifesta nas assembléias gerais no sentido de desatrelar sua luta dos interesses do partido no governo (como foi o caso do Governo Dutra do PT), bem como, desvincular a sua imagem da Secretária de Educação à época que foi Presidente da entidade, tendo inclusive se afastado para assumir a função.

Mais uma vez retomando – após este comentário sobre a filiação do CPERS à CUT – a exposição anterior, o momento relatado agora é marcado pela presença de Antônio Britto (PMDB) – que derrotou em 1994 o candidato da oposição Olívio Dutra (PT) – alinhado com a política neoliberal de Fernando Henrique Cardoso. Segundo avaliação da atual Diretoria do CPERS, o governo Britto foi tão cruel e nocivo ao Rio Grande do Sul quanto o governo anterior de Alceu Collares, tratando-se de um momento muito difícil para uma parcela do magistério gaúcho, pois mais de vinte mil professores abandonaram o magistério nos últimos quatro anos em busca de atividades mais rentáveis. Diante da atual situação vivida pelo Estado e pelo magistério gaúcho, e passados seis anos da última greve realizada pelo CPERS/Sindicato, a categoria

retornou à luta realizando duas assembléias consideradas pela diretoria muito importantes, talvez as mais relevantes da sua história recente.

O motivo para a retomada do movimento deveu-se ao descumprimento da Lei Salarial¹⁵ nº 10395 de dezembro de 1995. Analisando as causas que permitiram, em uma conjuntura extremamente difícil, os trabalhadores em educação realizarem intensas mobilizações a Diretoria acredita em três situações (Sineta nº 270 de maio/97): 1) o estabelecimento de uma estratégia previamente elaborada que buscava recuperar a confiança e a capacidade de luta da categoria; 2) o resgate do apoio dos pais, alunos e sociedade e, 3) a luta pela reorganização da categoria em sua base. Foi necessária a proposição de formas de enfrentamento diferenciadas das anteriormente utilizadas para que a categoria tivesse condições de reassumir e concretizar vitoriosamente a sua luta. Em síntese essas lutas foram as Caravanas em Defesa da Escola Pública, as Assembléias Gerais e os Atos Públicos, e que gradativamente resgataram a disposição da categoria para retomar a sua luta. Assim, a entidade buscava novos mecanismos de greve que fossem compatíveis com o atual nível de organização e mobilização da categoria. O resultado mais imediato dessa retomada do movimento dos professores, além do grande número de presentes nas assembléias promovidas, foram as centenas de novas filiações ao CPERS/Sindicato.

Agindo assim, os trabalhadores em educação derrotaram a estratégia do governo, ditando o ritmo da mobilização que culminou com duas manifestações no prazo de uma semana. Manifestações em todo Estado, passeatas e uma agenda de visitas – inclusive a famílias de alunos – garantiram o apoio da sociedade ao movimento e à deflagração da greve. O Governo reagiu apresentando propostas em dois tempos: um reajuste por faixas, sem indicar um índice e a criação de um fórum para indicar fontes de financiamento para as suas (do governo) mudanças estruturais definitivas, sem contemplar os funcionários de escola. A categoria rejeitou a proposta por unanimidade e estabelecendo o estado de greve e um calendário permanente de mobilização com greves de duas horas diárias em três dias alternados. Posteriormente, em Assembléia Geral a categoria suspende a greve e decide pela continuidade do movimento em Estado de Greve que se estenderá pelos próximos meses. Para o ano de 1998 as atividades tiveram início com um ato público em frente à Secretaria da Educação no mês de março, que culmina com a Caravana em Defesa da Educação Pública que duraria dois meses

passando por 300 municípios e visitando cerca de 900 escolas. Apesar de toda esta movimentação pelo Estado o governo Britto continua avançando contra a categoria e impõe a extinção do plano de carreira e regulamenta a municipalização do ensino e consolida a precarização do trabalho do educador. Um balanço desse período do Governo Britto dá um indicativo da herança que restará ao próximo governante que será eleito na próxima eleição (Olívio Dutra/PT) e dos desafios que o CPERS terá pela frente: 8.571 servidores saíram do Estado no PDV (Plano de Demissão Voluntária) sendo que 4.746 eram integrantes do magistério, ou seja, 55% das adesões. Por conta da carência de servidores públicos cresce o número de contratos temporários, chegando a 6% do pessoal em atividade. Entre os servidores ativos do Estado 47% recebem até R\$ 600,00 e representam 21,76% da folha de pagamento. Por outro lado, os servidores que recebem acima de R\$ 4.800,00 correspondem a 1,45% do pessoal e consomem 12,22% da folha. Por fim, enquanto o contracheque médio da Justiça chega a R\$ 3.067,00 o dos professores está em R\$ 533,77 (Dados coletados junto ao Processo de Economia e Política Salarial, subseção do DIEESE).

Presentemente, o movimento coletivo dos trabalhadores em educação representado pelo CPERS/Sindicato experimenta problemas muito mais complexos que aqueles vividos nas décadas anteriores. Os elevados índices de desemprego e recessão econômica afetam as formas tradicionais de comportamento do movimento sindical, fazendo com que as entidades busquem novas formas de lutar pela preservação dos seus direitos. O avanço da concepção neoliberal agravou ainda mais esse quadro devido à escassez de investimentos na área social e à ênfase na redução das funções outrora exercidas pelo Estado. Diante desse quadro social, político e econômico desfavorável e excludente – e semelhantemente às experiências vividas pelos demais trabalhadores – o magistério gaúcho assume, a partir de meados da década de 90, agora com maior ênfase, o desafio de uma reflexão mais ampla da sociedade em que vive com o objetivo de sua superação a partir da formulação de propostas que sejam alternativas viáveis para o conjunto do magistério gaúcho, assim como para o sistema educacional gaúcho e nacional. O desafio se torna mais complexo ainda na medida em que precisa dividir suas responsabilidades sociais com um novo governo – ainda que no discurso – declaradamente popular, diferentemente dos anos anteriores em que tinha como adversários governos alinhados com as determinações do Executivo Federal.

O CPERS/Sindicato e a possibilidade de concretizar as lutas do passado

Com a vitória de uma frente de partidos de oposição liderada pelo Partido dos Trabalhadores nas eleições para o governo do Estado no final de 1998, é encaminhado um convite para que lideranças do CPERS ocupem funções no Governo. São convidados a atual presidente do CPERS/Sindicato Lúcia Camini (para a Secretaria da Educação), Eliezer Pacheco (para a Presidência do IPERGS) e Rosângela Soletti (para compor a equipe da Secretária da Educação). Neste momento a diretoria que assume o Sindicato declara que aposta na mudança dos rumos da discussão não apenas do próprio CPERS com o governo, mas também de outros movimentos sociais. O novo governo recebe em audiência, ainda em 1998, a Pauta de Reivindicações (aprovada em março de 1997) do CPERS.

Em relação ao novo governo que assume a administração do Estado o CPERS publica uma nota – em que faz um balanço político-sindical de 1998 – informando à categoria que vislumbra a possibilidade da construção de uma relação diferente da que havia tido com os governantes anteriores, apostando em um rico processo de discussão pautado no mútuo respeito e no atendimento das diversas reivindicações da categoria. Todavia, não acredita que seja um processo fácil, e sim em relações conflituosas e polêmicas (SINETA, nº 304, dez/98, p.4).

A experiência vivida pelo CPERS/Sindicato com um governo cuja proposta e comportamento político difere dos demais que estiveram à frente dos rumos do Estado nas últimas décadas é absolutamente nova para o conjunto da categoria. O fato de ter sempre se relacionado com governos autoritários e alinhado com as diretrizes do governo federal cria uma grande expectativa em relação à ascensão de uma Frente Popular no governo estadual.

Ocorre aqui a exemplificação concreta, especificamente no caso do magistério gaúcho, da dificuldade de se manter a complexa tese leninista de que o partido político de “novo tipo” atuaria como mediador da consciência social. Todavia, existe um princípio anterior a Lênin formulado por Marx de que não seria apenas suficiente uma interpretação da realidade vivida pelos trabalhadores, e sim, que além das classes populares estarem organizadas em um partido que as representasse e defendesse politicamente, seria fundamental a criação ou reativação de estruturas organizativas e políticas que superassem e fossem além das reivindicações economicistas e corporativas

mais imediatas de qualquer categoria específica de trabalhadores. Entretanto, a realidade que o CPERS passará a enfrentar a partir da eleição de uma Frente Popular está muito mais próxima da proposta de Gramsci. Esse autor sustenta a tese de que o partido político organizador das “classes subalternas” assumiria a conduta de um “moderno príncipe”, na medida em que se transmutaria no “*condottiere*” coletivo de uma proposta de sociedade que superasse àquela opressora das “classes subalternas” no sentido de construir uma nova sociedade.

Talvez Mazzeo¹⁶ (1999), nesse momento, esteja mais correto em sua análise das relações de um partido de “novo tipo” com as organizações representativas dos trabalhadores ao afirmar que o partido político não atuaria somente como mediador entre a teoria e a prática, “mas principalmente o operacionalizador da mediação que a própria teoria revolucionária deve fazer entre a universalidade e a particularidade, entre a teoria social e sua aplicação objetiva”. Em outras palavras o autor quer dizer que o partido político atuaria como um (entre vários) instrumento da classe trabalhadora (e das suas entidades representativas) que criaria as condições necessárias para dar respostas concretas às suas situações concretas (entendidas aqui como uma síntese de múltiplas determinações). Assim, o partido político de “novo tipo” (aquele que conduziria a realização da unidade entre a teoria e ação revolucionária esboçado por Gramsci) não pode ser resultante da vontade de indivíduos ou grupos de indivíduos ou entidades sindicais ou qualquer outro movimento social organizado que tenham por objetivo a idéia de transformação de uma realidade dada e concreta.

Especificamente em relação ao magistério, esta retomada da consciência social e política está sendo estimulada a partir do momento em que a categoria se envolve concretamente na solução dos problemas que a afetam, oriundos da forma como o Estado concebe o trabalhador das escolas públicas e a educação para as classes trabalhadoras. A idéia é mostrar que os sindicatos do magistério público são capazes – e mostraram para a sociedade no transcorrer de suas histórias – de promover um amplo debate sobre a sociedade, sobre a categoria que representa e, principalmente, das políticas educacionais visando à modificação da forma como são elaboradas, redirecionando-as para o interior da escola pública, local de onde deve partir a sua transformação.

Diante desse novo desafio o ano de 1999 começa com a expectativa das eleições para a nova diretoria que assumirá o CPERS/Sindicato para o período 1999/2002. Mas antes disso são aprovadas em Assembléia Geral as propostas que comporão a pauta de discussões com o novo governo do Estado: reafirmação da pauta de reivindicações já entregue ao Governador Olívio Dutra com o destaque para as questões salariais; Plano de Carreira; plano e cronograma de mobilizações; discussões sobre a Previdência Social; aprofundamento do debate sobre a Gestão Democrática com a garantia das eleições para diretores escolares e, o condicionamento da Constituinte Escolar à reabertura do debate em torno da questão salarial.

No plano nacional este é um momento tenso devido a uma crise que vem se tornando mais aguda e profunda. A desvalorização do Real e as conseqüentes perdas da sociedade brasileira, principalmente os setores menos favorecidos já sentem os efeitos catastróficos da elevação dos índices inflacionários com conseqüências diretas nos seus ganhos salariais. O momento mais tenso ocorre no mês de julho. Em Assembléia Geral a categoria definiu que os Trabalhadores em Educação não eram contrários à Constituinte Escolar, mas queriam discutir primeiramente a questão salarial. Por isso, a categoria condicionou a sua participação à apresentação de uma proposta salarial.

O trecho a seguir, entre vários, de declarações da nova presidente do CPERS¹⁷, Juçara Dutra, extraídos de artigo publicado em Zero Hora e no Jornal do Comércio reflete este momento difícil para ambas as partes: “Exatamente por propor o debate entre todos os segmentos da comunidade escolar, o anúncio da Constituinte criou expectativas favoráveis nas escolas públicas estaduais (...) No entanto, por estar desvinculado das condições objetivas (salário compatível), não está sendo assumido pelos Trabalhadores em Educação. Embora muitas DE’s utilizem a burocracia e se valham de apelos ideológicos ou emocionais para tentar reverter a firme posição da categoria, a Constituinte está se esvaziando”.

A passagem a seguir refere-se à análise que a Diretora do Processo Educação fez a respeito da Constituinte Escolar em uma das visitas à sede do CPERS/Sindicato: “Aqui no Rio Grande do Sul nos contrapomos ao projeto da Constituinte Escolar por entendermos que esse método vertical também já foi usado, mesmo com adesão voluntária, e o debate está sendo posto de cima para baixo. O que sempre foi condenado entre nós. A nossa proposta é de contribuir para que o debate educacional efetivamente

se estabeleça dentro do Sindicato. Para isso, os nossos 42 Núcleos já possuem suas Comissões de Educação que em conjunto com a Comissão de Educação Central terá a responsabilidade de aprofundar a discussão sobre a educação e a escola pública de qualidade que defendemos. (...) Enfatizamos que a escola tem sua autonomia para dizer que tipo de projeto quer. Que ela não se sinta engessada pela cultura normativa que acaba criando dependência dos órgãos gestores” (Diretoria do Processo Educação, 2001).

Já se percebe uma certa decepção da Diretoria e da categoria em relação ao discurso do Governo Dutra que passa sistematicamente a repetir os mesmos argumentos de governos anteriores quando o assunto é salário e espaço para discussão de propostas educacionais. A resposta do Governo do Estado à pauta de reivindicações da categoria não convence o CPERS. O documento dava respostas já conhecidas pela entidade no tocante à questão salarial, todavia (apesar do CPERS não entender assim) avançava nas questões funcionais, previdenciárias, educacionais, sindicais e sociais na medida em que se tornava mais visível a abertura de espaços para uma discussão pautada em propostas e contra-propostas efetivamente concretas. Em suas justificativas (no tocante ao salário) o governador reconhece como justas e legítimas as reivindicações do magistério e dos funcionários de escola em relação à questão salarial, reconhece as perdas salariais acumuladas nos últimos anos, entretanto, não pode assumir compromissos no sentido de atender às correções salariais mesmo que emergencial, sob pena de irresponsabilidade política e administrativa, devido à grave crise financeira que vive o Estado resultante do governo anterior (Antônio Brito).

O III Congresso Estadual do CPERS/Sindicato marca o início das atividades do ano de 2000 cujo tema central era “Unidos e Mobilizados Somos Fortes”. Durante o Congresso a categoria optou por dar início à construção de uma forte mobilização cuja palavra de ordem era “Reajuste ou Greve”. Ocorre uma intensa campanha de conscientização inclusive no litoral, pois se tratava de período de férias escolares. Em seguida – mês de fevereiro – o Governo Estadual divulga sua proposta: reajuste de 10% (6% em março e 4% em julho). Reajuste de 20% no vale-refeição. Pagamento das promoções de 1994 a partir de janeiro de 2001, em 36 parcelas. Reunido na cidade de Santa Rosa o Conselho Geral do CPERS rejeita por unanimidade a proposta do governo e exige que o Executivo avance nos índices e prazos. A consequência direta deste

impasse foi o ano letivo não iniciar na data prevista (1º de março). A greve é deflagrada no dia seguinte com uma Assembléia geral constituída por mais de 18 mil pessoas que também corrobora a decisão do Conselho geral no tocante à proposta do Governo Olívio Dutra.

Somente em meados de março o Governo dá início às negociações, mas a nova proposta só é apresentada no 19º dia da greve (21/03): 6% em março/2000; 4% em julho/2000; 4% em dezembro/2000; 20% no vale-refeição; pagamento das promoções/94 a partir de julho/2001 e fim da sobreposição de Níveis a partir de julho/2001. A proposta é rejeitada e a categoria encaminha uma contra-proposta composta de 8 itens elaborada pelo Comando de Greve da qual o Governo assume 2 itens: um é a imediata instalação da comissão para elaboração do Plano de Carreira dos Funcionários de Escola e, o outro é não aumentar a contribuição para o IPE e aposentadoria. Em 3 de abril uma nova Assembléia Geral agora com cerca de 5 mil participantes suspende a greve sob protesto. A opinião da Diretoria – após a decisão da Assembléia – presente no Jornal da Greve de abril/2000 é que este “é o resultado de uma avaliação responsável, que leva em conta os limites a que chega o movimento, a queda na adesão, as pressões de pais e alunos, a intransigência do governo e as discussões dos Núcleos: 20 decidem pela suspensão da greve, 16 votam pela manutenção e 6 aceitam a decisão da Assembléia”. A greve termina com poucas vitórias no campo material e funcional, mas a categoria permanece atenta às ações do Governo Estadual no que diz respeito à obtenção concreta de maior aporte financeiro para o Estado.

Por outro lado, enquanto a vitória na questão econômica não se concretiza a entidade vem atuando firmemente no debate das questões relacionadas à política educacional, apesar das dificuldades encontradas na base da categoria que insiste na reposição integral das perdas salariais. Esse debate pode ser identificado – ao longo dos anos – nos diversos encontros realizados pelo CPERS, cuja intenção central é formular a partir de ampla participação da sociedade uma política educacional que encaminhe soluções para os quase “eternos” problemas da educação brasileira.

Apesar da presença de um governo popular na gestão do Estado e da Capital gaúcha, as dificuldades são praticamente as mesmas vigentes quando da presença dos governos anteriores que tinham por norma de conduta as diretrizes do Governo Federal,

muito mais alinhado com propostas denominadas neoliberais do que com projetos mais populares. Esse dilema vivenciado por um partido popular no Rio Grande do Sul reflete a incapacidade do partido para aglutinar os projetos da sociedade e dos movimentos sociais com seus próprios projetos. É o apego à velha crença de que ao partido cabe o vanguardismo das iniciativas políticas, esquecendo-se da potencialidade da sociedade e das suas entidades representativas de formular e encaminhar projetos e propostas que busquem dar conta dos problemas sociais.

Em relação ao processo histórico vivido pelo CPERS, Bulhões & Abreu (1992, p.17) apontam três momentos na trajetória de luta da entidade por uma escola mais democrática, de qualidade e um profissional valorizado e mais qualificado. O primeiro é 1979 e 1980 quando “a categoria intensificou sua mobilização, aprendendo que a valorização profissional depende de sua luta, rompendo com a idéia do magistério como sacerdócio”. O segundo momento, que abrange 1980 até 1987, é marcado pela luta na definição de um piso salarial que pudesse evitar constantes retomadas da discussão. Este desejo se concretizou e durou pouco tempo – conforme já relatado anteriormente na quebra de acordo por parte do governo em 1982 – perdendo o referencial em 1987. Por fim, o terceiro, e talvez tenha sido a aprendizagem mais difícil: ter percebido que a luta e a discussão devem ser permanentes, que o que se ganha hoje se perde amanhã.

Acrescentaria uma quarta fase, que se vislumbra com a escolha de um governo popular para a gestão do Estado, por acreditar que esse é um momento próspero para o CPERS conduzir um diálogo – pela primeira vez na sua história – aberto e direto para a solução dos problemas específicos da categoria e para o encaminhamento de uma política educacional diferenciada de governos anteriores, que pouco contribuí para a educação pública no Estado. A experiência vivida pelo magistério gaúcho é muito significativa servindo de exemplo a muitas categorias de trabalhadores na medida em que a analisamos numa conjuntura de aguda recessão da economia, elevação dos índices inflacionários, aumento dos níveis de desemprego e a crise salarial gerada pelo fracasso dos diversos Planos Econômicos do Governo Federal.

É relevante a luta da entidade, pois mesmo quando as conquistas econômicas não foram suficientes para recompor o quadro salarial do magistério, ensinou que a luta por melhorias não apenas salariais e na própria carreira, mas para a educação em sua totalidade, é uma luta lenta, gradual e marcada por antagonismos e conflitos internos e

externos. Conforme Bulhões & Abreu (1992, p.85), o magistério “passou a desenvolver o aprendizado de que a luta salarial é constante e de que é preciso articular mobilização com negociação em uma conjuntura econômica que não lhe facilitou a aprendizagem”.

Essa longa jornada de lutas alternando conquistas e perdas no campo salarial e pedagógico, alternando mobilizações com negociação e mobilizações sem negociação levam o CPERS ao final da década de oitenta e início dos anos noventa – momento em que avança o ideário neoliberal no Brasil – à necessidade de um complexo aprendizado: a luta por melhorias salariais é incessante não podendo estabelecer que uma determinada greve é a última. Este é o momento de consolidação no seio da entidade da concepção que articula mobilizações e formas negociadas de atingir as pautas de reivindicações. Assim, convivendo com avanços e recuos no movimento organizativo do magistério gaúcho, o CPERS teve uma difícil jornada durante esses anos – e tem sido o desafio de todo movimento social – que foi o de acompanhar o seu tempo, isto é, estar atento às principais mudanças que afetavam não apenas o magistério e a educação, mas a sociedade em seu conjunto.

A história das suas lutas consolidou a entidade perante a sociedade e agora se apresenta para um novo desafio: transformar a política educacional a partir da interferência direta do magistério e da comunidade escolar. A construção de um espaço específico para a discussão da educação no Brasil e no Estado. Esse espaço consolida-se nos Encontros Estaduais de Educação e posteriormente nos Congressos Estaduais.

Bibliografia

ANAIS DO III CONGRESSO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. Porto Alegre: CPERS/Sindicato, 2000.

BULHÕES, M. da G. P. O movimento do magistério público estadual do Rio Grande do Sul: 1977-1982. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1983.

BULHÕES, M. da G. e ABREU, M. A luta dos professores gaúchos – 1979/1991: O difícil aprendizado da democracia. Porto Alegre: L&PM, 1992. 176p.

DRESCH, M. O discurso do CPERS-Sindicato: Uma abordagem discursiva. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Letras, Instituto de Letras e Artes, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1994.

HYPOLITO, Á. L. M. Trabalho docente, classe social e relações de gênero. Campinas (SP), Papirus, 1997.

INFORMATIVO CPERS. Porto Alegre: CPERS, 1996.

JORNAL A SINETA. Porto Alegre: CPERS, nº 1 a 304.

JORNAL A SINETA ESPECIAL ELEIÇÕES. Porto Alegre: CPERS, junho, 1999.

JORNAL MAGISTER. Porto Alegre: CPERS, 1990.

MAZZEO, A. C. Sinfonia inacabada: a política dos comunistas no Brasil. Marília: UNESP Publicações; São Paulo: Boitempo, 1999.

PACHECO, E. M. Sindicato e projeto pedagógico: A organização e as lutas dos professores públicos estaduais do Rio Grande do Sul de 1945 a 1991. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1993.

PETERSEN, Á. T. T. Movimentação grevista no Rio Grande do Sul: 1980-1983. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais, Políticos e Econômicos, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1984.

REVISTA CPERS. Porto Alegre, nº 9, maio, 1998.

NOTAS

¹ O CPERS/Sindicato é atualmente, no quadro geral das entidades filiadas à CNTE, o segundo sindicato em número de associados, contando com uma base de 120 mil professores. (Cadastro da CNTE/CUT de 2001)

² Sobre o Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul localizei os seguintes trabalhos: BULHÕES, Maria da Graça Pinto. Movimento dos Professores Gaúchos – 1972/1991: a difícil trajetória da questão democrática; DRESCH, Márcia. O discurso do CPERS-Sindicato: uma abordagem discursiva.; PACHECO, Eliezer Moreira. Sindicato e Projeto Pedagógico: a organização e as lutas dos professores públicos estaduais do Rio Grande do Sul de 1945 a 1991; BULHÕES, Maria da Graça e ABREU, Mariza. A luta dos professores gaúchos – 1979/1991: o difícil aprendizado da democracia; BROILO, Cecília Luiza. Dimensão pedagógica da prática social do movimento grevista do magistério público estadual do Rio Grande do Sul; ALBANO, Alzira Fortini. A ideologia do professor estadual do Rio Grande do Sul face aos seus movimentos grevistas de 1979 e de 1980. O CPERS/Sindicato também é citado em um outro estudo: PETERSEN, Áurea Terezinha Tomatis. Movimentação Grevista no Rio Grande do Sul: 1980-1983.

³ O magistério gaúcho não estava organizado como sindicato, pois a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) decretada por Getúlio Vargas em 1943 em seu artigo 566 dizia o seguinte: “Não podem sindicalizar-se os servidores do Estado e os das instituições para-estatais”.

⁴ A data 21 de abril para fundação do Centro dos Professores Primários Estaduais (CPPE) foi escolhida em consideração à data comemorativa à morte de “Tiradentes” (Boletim “Sineta”, nº 286 de abril de 1998)

⁵ Essa é uma concepção profundamente calcada na idéia de magistério como sacerdócio, vocação ou missão em que o professorado é visto como um elemento que deve relevar as questões financeiras, pois o seu trabalho é uma tarefa nobre que transcende qualquer forma de pagamento. Também está presente uma concepção de que todo movimento contestatório só pode ser obra engendrada por comunistas.

⁶ Em 1973 promove a unificação dos professores do ensino primário com o médio e passa a chamar-se Centro de Professores do Estado do Rio Grande do Sul.

⁷ Segundo Hypolito (1997) é Kreutz (1985) quem melhor nos informa a emergência da concepção do magistério como um sacerdócio ou vocação. Na opinião desse autor as raízes dessa forma de conceber o trabalho do professor remonta ao século XVI – época em que se criam as primeiras escolas elementares para os estratos populares da sociedade – e fundamenta-se a partir de pressupostos político-religiosos conservadores e autoritários.

⁸ Em levantamento realizado por Pacheco (1993), à época da deflagração da paralisação de 1979 ainda havia várias entidades representativas dos professores e especialistas. O autor lembra, inclusive, que o Comando de Greve foi composto também por estas entidades: Federação do Magistério do Rio Grande do Sul – FEMARS (fundada logo após a greve dos professores do ensino médio em 1964), Associação dos Dirigentes de Escola do RS – ADERGS (fundada em 21/06/1973), Associação dos Orientadores – AOERGS (fundada em 09/03/1966), Associação dos Professores Licenciados e, Associação dos Professores do Ensino Médio do RS – APMERGS. Com a consolidação do CPERS a partir de 1979, estas entidades ou deixaram de existir ou perderam sua representatividade. Bulhões e Abreu (1992) completam esta lista com a Associação dos Professores de Educação Física (APEF) fundada em 20/12/1945; Associação dos Professores de Técnicas Agrícolas (AGPTEA) fundada em 20/07/1969; Associação dos Supervisores (ASSERS) fundada em 22/08/1972.

⁹ Além da ampla literatura existente sobre o tema, é importante destacar a contribuição da Revista Teoria & Educação editada em 1991 que apresentou um dossiê sobre o assunto chamado “Interpretando o trabalho docente”. Nesta publicação os diversos autores que trataram do assunto analisaram elementos que atuam sobre a degradação do trabalho do professor no sentido de uma crescente fragmentação do processo de trabalho pedagógico, o que estaria conduzindo à sua proletarianização.

¹⁰ Esses encontros realizados pelo CPERS com o objetivo de discutir a política educacional nacional e estadual serão o centro da análise do próximo capítulo.

¹¹ Em 07 de outubro a Assembléia Geral dos Funcionários de Escola decide pela fusão da Associação dos Funcionários das Escolas Públicas do Estado do Rio Grande do Sul (AFEPERGS) com o CPERS, passando então a associar-se ao mesmo sindicato dos professores. Também em 1989 (08/12) ocorre a transformação do tipo jurídico da entidade – CPERS – de associação civil para sindicato e adoção da nova razão social: Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul/Sindicato dos Trabalhadores em Educação (CPERS/Sindicato). Estas duas modificações encaminhadas pelo CPERS surgiram a partir do I Seminário Estadual de Formação Sindical do CPERS realizado em dezembro de 1988. (Cartilha sobre os Direitos dos Funcionários de Escola, Processo de Organização e Núcleos do CPERS/Sindicato, maio de 1999).

¹² Nesse ano os professores gaúchos haviam elegido pela primeira vez em sua história os diretores das escolas públicas, de modo que o debate em torno da democratização da escola tinha por objetivo aprofundar a reflexão sobre a questão, bem como promover um amadurecimento das eleições para diretores escolares.

¹³ Segundo avaliação de Dresch a ARENA, PDS e PFL, partidos que ocuparam o governo do Estado entre 1979 e 1986, não possuíam em seu vocabulário político a palavra negociação, menos ainda os sentidos que dela possam advir. Quando aceitavam algum tipo de entendimento era muito mais em função da forte pressão exercida pelo movimento dos professores. “Os governos do PMDB (Pedro Simon e Sinval Guazelli – 1987/1990) oscilaram entre o enfrentamento e a negociação, sendo que em alguns momentos optaram mesmo pela repressão. 1988, 1989 e 1990 foram anos em que a negociação melhorou, mas sem que fossem estabelecidos compromissos sobre índices salariais. Se nos governos do PMDB se iniciou, por um lado, o processo de desvalorização dos salários, por outro, foi quando ocorreram vários avanços funcionais e em vista da democratização do ensino. Com o governo do PDT (Alceu Collares – 1991/1994), iniciou-se um período de grande enfrentamento e várias derrotas do movimento (...) terminou com a eleição de diretores, fechou Delegacias de Ensino, implementou o calendário rotativo, implantou o maior arrocho salarial da história da categoria” entre outras arbitrariedades (p.46).

¹⁴ Inclusive tendo havido um acontecimento no mínimo curioso quando o “Governo do Estado tentou atrelar o Sindicato procurando interferir no processo eleitoral através de uma chapa organizada dentro da Secretaria de Educação e formada por ocupantes de cargos de confiança” que foi duramente rechaçada pela categoria (Pacheco, 1993, p.86).

¹⁵ A Lei Salarial nº 10.395 de dezembro de 1995 previa os seguintes reajustes salariais: 10% de gatilho em jan/96; 10% de parcela de reposição jul/96; 1,96% de reajuste semestral jul/96; 9% de parcela de reposição dez/96; 34,48% de reajuste acumulado.

¹⁶ Ainda nessa mesma obra Mazzeo (1999) afirma que o partido político deve ser o responsável pelas respostas concretas aos problemas concretos, ou seja, que ao partido – de posse de uma teoria

revolucionária – caberia a tarefa de mediar a consciência espontaneamente produzida pelas classes trabalhadoras em busca de um entendimento da “essencialidade das manifestações fenomênicas cotidianas”. Essa concepção, na minha opinião, engessa qualquer tipo de atuação da classe trabalhadora em suas instâncias de organização coletiva. Isto é, não se pode mais pensar em um partido político salvador que resgatará os trabalhadores da situação em que se encontram, também não estou defendendo que o sindicato passe a fazê-lo.

¹⁷ A diretoria eleita – e atual – é composta por 14 integrantes pertencentes ao Partido dos Trabalhadores e um do Partido Comunista Brasileiro. Entre esses integrantes sete pertencem ao Movimento de Esquerda Socialista (MÊS) – corrente interna do PT; cinco integrantes pertencem à Articulação Sindical (CUT), PT Amplo (PT) e Ação Democrática (PT); dois integrantes do Movimento de Construção Socialista (MCS)/PT e um do PCB.